

- Mercado de consumo interno e empresas privadas começam a tornar-se fatores determinantes do crescimento econômico chinês.
- Demanda chinesa por recursos naturais impacta preços e tendências de longo prazo.
- Programa quinquenal propõe encontrar soluções para distorções econômicas e sociais decorrentes do rápido crescimento.
- Macro China: desempenho da economia até o terceiro trimestre de 2005.

Implicações para
o planejamento
estratégico
empresarial

E F E I T O

CHINA

O Conselho Empresarial Brasil-China agradece aos participantes da conferência internacional Efeito China por sua presença no evento. Agradecemos, igualmente, pelas avaliações registradas nos formulários distribuídos ao final do evento e pelas sugestões de temas para a próxima conferência do CEBC.

As apresentações dos palestrantes estão disponíveis em:
<http://www.cebc.org.br/conferencia/apresentacoes.htm>

Macroeconomia

Especialistas derrubam mitos do crescimento chinês e discutem futuro econômico do país

Ao contrário do que o imaginário popular costuma sugerir, os fatores determinantes do rápido crescimento chinês não estão mais centrados no baixo custo da mão-de-obra e no elevado fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) que ingressa no país. Na interpretação de Nicholas Lardy, pesquisador do Institute for International Economics de Washington, considerado o maior especialista em economia chinesa do mundo, o alto nível de formação de capital fixo nacional aliado à enorme taxa de investimento em relação ao PIB já se tornaram os propulsores do crescimento chinês. E assim deverão permanecer nos próximos anos.

Essa foi uma das análises apresentadas durante os dois dias da conferência internacional **Efeito China – Implicações para o planejamento estratégico empresarial**, realizada nos dias 13 e 14 de outubro pelo Conselho Empresarial Brasil-China. Os palestrantes especialmente convidados pelo CEBC discutiram as características macro e micro da economia chinesa, a competitividade da indústria, as perspectivas para commodities e avaliaram como o fator China pode ser introduzido no planejamento estratégico empresarial.

De acordo com Nicholas Lardy, dada a taxa de poupança de 48% do PIB em 2004, os chineses deixaram de ser dependentes do investimento estrangeiro direto. “Há forte necessidade de *know-how*, tecnologia e sistemas de gestão que acompanham os investimentos feitos por empresas estrangeiras, mas a economia chinesa não é mais dependente dos fluxos de capital estrangeiros”.

Em 2004, a China recebeu US\$ 61 bilhões em IED, e os investimentos totais na atividade econômica ultrapassaram US\$ 700 bilhões.

Em relação ao PIB, a taxa de investimento atingiu 44% em 2004, patamar expressivo mesmo se comparado com as fases de rápida expansão econômica de Japão e Coreia do Sul, que jamais atingiram taxas de investimento acima de 40% do PIB.

Riscos do excesso de investimento – Taxas tão elevadas de investimento, – seja em níveis absolutos, seja em relação ao PIB, – geram riscos de superaquecimento e de bolhas de oferta, além de apontarem para distorções na economia em função da baixa produtividade. Para Lardy, no entanto, além de o governo chinês atuar, por meio de medidas administrativas e leves apertos monetários, na contenção do superaquecimento, as taxas de crescimento dos investimentos estão em queda desde o pico de 2003 em função de ajustes promovidos pelo próprio mercado. A forte competição tem levado ao fechamento das indústrias menos eficientes, e o excesso de capacidade instalada tende a refrear novos investimentos.

Para Lois Dougan Tretiak, diretora do Beijing Corporate Network do Economist Intelligence Unit (EIU), os investimentos estrangeiros deverão crescer 5% em 2005, na comparação com o ano anterior, para US\$ 63 bilhões, contra crescimento de 13% registrado em 2004. De acordo com Tretiak, além do excesso de capacidade instalada, questões ambientais e restrições ao uso de energia deverão promover crescimento mais moderado nos investimentos totais.

Câmbio – Lardy acredita que não haverá modificações importantes na taxa de câmbio no curto prazo e que a leve desvalorização de julho passado indica que o possível ritmo das futuras reformas cambiais será lento. “A China ainda é extremamente dependente de suas exportações. Cerca de um terço do crescimento chinês neste ano ainda dependerá das vendas externas. A fim de evitar possíveis efeitos negativos sobre a taxa de crescimento do PIB, as autoridades terão muita cautela antes de permitir movimentos mais ousados no câmbio chinês”, acredita.

Para Huang Yasheng, professor integrante do programa sobre China do Massachusetts Institute of Technology (MIT), o efeito de uma valorização expressiva sobre as empresas instaladas na China seria variado. No caso das companhias de capital doméstico, fortemente dependentes das exportações, a preocupação com o movimento cambial é grande. Já para as companhias de capital estrangeiro, que dependem da importação de componentes, parte de seus custos seria reduzida com a valorização. “Ao contrário das estrangeiras, as empresas domésticas não teriam mecanismos de compensação do aumento dos custos”, resume.

Empresas privadas chinesas – Huang também defende que o crescimento sustentado da economia chinesa deve necessariamente passar pelo fortalecimento das empresas privadas de capital doméstico. Apesar de representarem uma porção expressiva do PIB chinês (entre 30% e 40% do PIB industrial), a maior parte dessas companhias ainda é de pequeno porte. “O setor privado chinês ainda carece de amadurecimento e profundidade”.

Ainda que pequenas em tamanho, o número das empresas de capital nacional tem crescido rapidamente. Em 2004, elas faturaram US\$ 247 bilhões e empregaram 47 milhões de pessoas, contra faturamento de US\$ 5,2 bilhões e 3,7 milhões de empregos gerados em 1989. No entanto, também no ano passado, apenas 2% tinham presença internacional, e a média de empregos por empresa era de 14,3 pessoas. Já em termos de lucratividade, a tendência para as companhias privadas domésticas não é animadora. Em 1997, a lucratividade, já descontados impostos e taxas, cresceu 7,9%, contra 3,9% em 2004.

A discrepância entre o desempenho macroeconômico chinês e a performance microeconômica das empresas privadas domésticas reflete, segundo Huang, a prioridade dada às reformas do setor externo e as vantagens abertas a empresas estatais menos eficientes. “Empresas estrangeiras, ainda que com

participação restrita, receberam incentivos e benefícios muito maiores do que as domésticas. E no caso das estatais chinesas, tais benefícios foram ainda mais expressivos, especialmente em termos de concessão de créditos”, compara.

Indústria e consumo

Mercado de consumo interno e empresas privadas domésticas serão elementos-chave no futuro do desenvolvimento chinês

As pressões internacionais para que valorize sua moeda e restrinja as exportações de produtos industriais levarão a China a modificar sua política de ênfase nas exportações, que deverá ser alterada ao longo dos próximos cinco anos em favor do desenvolvimento do mercado de consumo interno. A opinião foi compartilhada por Lois Dougan Tretiak, do EIU, e Carrie Yu, sócia da PricewaterhouseCoopers para os setores de varejo e consumo na China e Hong Kong.

“O mercado de consumo já é uma realidade na China, e ao longo dos próximos anos será elemento-chave para o desenvolvimento econômico e geração de empregos no país”, aponta Yu. Em 2004, as vendas no varejo atingiram US\$ 667 bilhões, alta de 17,7% em relação a 2003. As vendas nas dez cidades com maior renda per capita (de US\$ 1.542 a US\$ 2.907) responderam por 22% das vendas totais em 2003. Já a receita total das cem maiores lojas de departamento subiu 39%, para US\$ 61 bilhões em 2004. De acordo com Carrie Yu, as empresas estrangeiras e ligadas ao consumo de massa têm expandido sua atuação no mercado tanto por meio do crescimento orgânico (como Carrefour e Wal-Mart) quanto por meio de aquisições (Tesco, Kingfisher’s B&Q, L’Oreal e Anheuser-Busch).

Antes da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, varejistas estrangeiros encontravam limites geográficos e de participação acionária aos seus negócios. Estas empresas podem agora envolver-se livremente em atividades comerciais e vendas no atacado e no varejo. “Empresas de qualquer tamanho podem entrar na China, uma vez que as exigências de capital mínimo e vendas, bem como as restrições geográficas, foram retiradas”, explica Yu. Nos primeiros seis meses de 2005, o Ministério do Comércio concedeu licenças a 245 empresas comerciais estrangeiras (59 das quais ligadas ao setor de varejo), um número seis vezes maior do que o registrado nos 12 meses anteriores.

Apesar do potencial relevante, o mercado de varejo na China é extremamente fragmentado (mesmo considerando a presença de grandes redes como Carrefour, Wal-Mart, GOME Electrical Appliances e Lianhua), e sofre importantes obstáculos em função das deficiências na indústria de distribuição. De acordo com Carrie Yu, introduzir eficiência na indústria de distribuição tornou-se uma prioridade para o governo chinês, mas os resultados ainda não são visíveis. “A promoção da indústria de distribuição contribuirá não apenas para o crescimento da demanda doméstica e das exportações como será, em breve, um importante segmento gerador de empregos no país”.

Ao contrário do setor varejista, que pouco tempo atrás sofria restrições, o setor manufatureiro está aberto há vários anos e atrai investimento estrangeiro em função da oferta de mão-de-obra educada e relativamente barata, produção em escala e paulatina melhora nos sistemas de comunicação, transporte e informação. Apesar das vantagens comparativas para a produção manufatureira, Carrie Yu destaca que empresas varejistas e ligadas a produtos de consumo têm sofrido com três importantes barreiras ao seu desenvolvimento na China: grande variação na qualidade dos produtos fornecidos, infra-estrutura pouco desenvolvida (o que provoca atrasos de logística, especialmente quando há fornecedores no interior) e desrespeito à propriedade intelectual.

Propriedade intelectual – Vários dos palestrantes concordaram com a avaliação de que o quadro legal de medidas de defesa à propriedade intelectual na China atende aos padrões internacionais, mas há grave deficiência em sua aplicação. Segundo Carrie Yu, um dos mecanismos de proteção que empresas estrangeiras têm encontrado na China é concentrar esforços na articulação política e aplicação das leis. O Comitê para Proteção de Marcas e Qualidade, criado em 2004, é

composto atualmente de 87 companhias estrangeiras empenhadas no controle da pirataria e falsificação e na cooperação com o governo chinês.

Para Tretiak, a defesa da propriedade intelectual só apresentará melhora substantiva quando as empresas domésticas se sentirem prejudicadas e passarem a pleitear, junto ao governo chinês, a necessidade de proteção. A Huawei Technologies é um exemplo, por enquanto relativamente isolado, de empresa chinesa que sofre com o desrespeito à propriedade intelectual e que tem pressionado o governo por maior observância das leis. São numerosos os casos de ex-funcionários da empresa que empregam tecnologia desenvolvida pela Huawei em produtos copiados. “O governo sabe que o desrespeito à propriedade intelectual é um grave problema e que não há implementação eficiente. Mas as melhoras substantivas ainda devem demorar algum tempo”, avalia.

Setor automotivo - O mercado automotivo mundial, combatido pelo excesso de produção em diversas partes do mundo, terá que lidar com os efeitos da capacidade produtiva chinesa. “Assim como aconteceu em outras indústrias, o impacto da entrada da China no setor automotivo será global, uma vez que traz pressão sobre os preços dos recursos naturais, declínio nas margens de ganhos relacionados à tecnologia e design e excesso de capacidade produtiva”, avalia Stephen Darcy, sócio para o setor automotivo da PricewaterhouseCoopers nos Estados Unidos.

Investidores no setor automotivo tendem a ver a China como uma oportunidade na criação de plataformas de exportação em grande escala, um mercado de consumo sustentável e uma base produtiva em fase de sofisticação graças ao aumento paulatino no valor agregado dos componentes. Stephen Darcy pondera, no entanto, que os riscos envolvidos são relevantes. Além das violações de propriedade intelectual, que representam um custo importante também para outras indústrias, a infra-estrutura chinesa traz empecilhos à integração da cadeia produtiva, e a disparidade regional coloca dúvidas sobre a capacidade de expansão da demanda e aumenta os riscos políticos.

Para Darcy, tais riscos representam, em contrapartida, oportunidades para a indústria brasileira, que oferece infra-estrutura, recursos naturais e estabilidade político-econômica. Além disso, o Brasil tem a oportunidade de participar do crescimento do mercado de consumo chinês, exportar CKDs para a China e a comprar componentes mais baratos. “O aumento do risco não é necessariamente ruim se for gerenciado com cuidado. Todas as indústrias do setor serão afetadas, mas não igualmente. Atores mais fracos estarão expostos às turbulências. Atores pró-ativos terão a oportunidade de solidificar sua posição no mercado”, avalia.

Apesar desta avaliação otimista, Darcy faz um alerta: a concretização deste cenário não será fácil, considerando a emergência da China como produtora competitiva de automóveis. Os demais participantes do painel também observaram que, em vários segmentos industriais, a ascensão da Ásia, em particular da China e da Índia, cada vez mais afetará os fluxos de investimento estrangeiro. “O país deverá estar pronto para responder a uma pergunta fundamental dos investidores – por que o Brasil?”

Gestão da mudança – Como os setores brasileiros que atuam nos segmentos competitivos da indústria chinesa devem se preparar para a competição? Segundo o professor Richard Locke, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), a gestão da mudança inclui três fases de preparação: 1 – melhora das competências da empresa; 2 – investimento em recursos humanos; e 3 – mudança organizacional.

A melhora das competências é, em resumo, uma busca pelo aumento da competitividade. As soluções variam, mas pequenas indústrias da Itália estudadas por Locke, por exemplo, perceberam que a alternativa à falta de competitividade seriam os *clusters*, ou agrupamentos de empresas de um mesmo setor em uma mesma região geográfica. “Na Itália, as respostas coletivas foram as mais eficientes”, analisa Richard Locke. Já a qualificação de recursos humanos exigirá grande investimento de empresas brasileiras. “Não há mão-

de-obra especializada em Ásia ou China no Brasil. Dos principais programas de negócios do país, nenhum oferece um curso dedicado à China". Por fim, a mudança organizacional exige mudança de atitude, bom entendimento do contexto e da estrutura da empresa, definição clara de objetivos e estratégias e emprego de táticas no momento correto.

Recursos naturais

Demanda chinesa impacta preços e tendências de longo prazo

Ao contrário de ciclos anteriores, em que as altas nos preços de recursos naturais foram puxadas pelo desempenho econômico de países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a recente volatilidade dos mercados e a tendência de alta nos preços estão sendo causadas especialmente pela forte demanda chinesa. De acordo com Jim Lennon, diretor executivo de pesquisa de commodities do Macquarie Bank, entre 1989 e 2004 a China foi responsável por 56% do crescimento do consumo de minério de ferro do mundo, seguida pelo Leste Asiático (11%), países da ex-União Soviética (8%), América Latina (4,7%) e Índia (2,9%). Japão, União Européia e Estados Unidos foram, juntos, responsáveis por 10% do crescimento da demanda.

Para os metais em geral (cobre, alumínio, zinco, níquel e minério de ferro), a demanda chinesa saiu de 7% a 10% do total mundial em 1993 para entre 20% e 25% em 2003. "Mesmo considerando um desaquecimento nas taxas anuais de crescimento do PIB, a China deverá representar algo próximo de 30% da demanda destes metais até 2010", avalia Lennon.

O analista também acredita que a demanda chinesa continuará a crescer acima da média global e do ritmo de aumento da oferta nos próximos anos. As restrições de oferta (por incapacidade produtiva ou controle deliberado por parte dos produtores) não permitirá uma resposta suficientemente rápida à demanda chinesa. "Uma vez que qualquer movimento em direção ao crescimento expressivo da oferta levará tempo, os preços devem continuar altos por um período prolongado", acredita.

Do lado da oferta, projetos mais caros, o emprego de novas tecnologias e o aumento do custo do capital elevarão também os custos de produção. Mas os fornecedores terão a vantagem de contar com maiores taxas de utilização da capacidade, maior concentração e melhor disciplina produtiva. "Há razões que nos fazem crer que a balança de poder deve se inverter e sair das mãos dos compradores em direção às mãos dos fornecedores".

Neste contexto, a China tornou-se um fator decisivo na determinação de investimentos nos setores produtores de matérias-primas altamente demandadas em seu processo de crescimento econômico acelerado. Assim tem sido para empresas brasileiras abastecedoras daquele mercado. De acordo com Gabriel Stoliar, diretor executivo de Planejamento e Gestão da Companhia Vale do Rio Doce, a empresa deverá investir US\$ 2,45 bilhões em logística em 2005 para garantir o escoamento de sua produção adicional.

Joint-ventures – Stoliar complementou as análises de Lennon apresentando o relacionamento da CVRD com a China. A Vale possui quatro diferentes *joint-ventures* com parceiros chineses. Na área de carvão, a empresa detém 25% de mina com o grupo Yongcheng e a mesma fatia no Projeto Yankuang. O grupo Yongcheng está entre os seis maiores produtores de antracito da China, e o investimento da Vale nessa JV foi de US\$ 86,4 milhões. O grupo deverá produzir 2,5 milhões de toneladas de antracito em 2005, atingindo a plena capacidade de 4,5 milhões em 2006.

No alumínio, Chalco e Vale firmaram acordo para construção de uma refinaria de alumina em Barcarena, Pará, próxima às instalações da Alunorte, com capacidade para produzir 1,8 milhão de toneladas por ano. O primeiro estágio da refinaria estará concluído em 2008. Já na siderurgia, Vale e Baosteel, maior produtora de aço da China, fecharam acordo para construção de uma usina de

ação semi-acabados em São Luís, Maranhão. A usina deverá produzir 4,1 milhões de toneladas de placas por ano, com capacidade de expansão futura para 7,5 milhões de toneladas/ano.

Petróleo – Do ponto de vista do consumo de petróleo, o crescimento da demanda chinesa é hoje superior a qualquer outra parte do mundo, o que lhe garante grande influência sobre os preços. Segundo Sophie Aldebert, diretora para o Cone Sul da Cambridge Energy Research Associates, as medidas do governo chinês para conter o superaquecimento da economia devem ter efeito limitado, e a pressão sobre o preço das commodities energéticas será mantido. Do consumo de petróleo chinês, cerca de 40% são importados. E quase toda produção interna e parte expressiva do refino e vendas são controladas por três grandes estatais: PetroChina, Sinopec e CNOOC.

Em 2004, o Brasil exportou US\$ 307 milhões em petróleo cru para a China, e até setembro deste ano as exportações haviam atingido US\$ 337 milhões. De acordo com Abílio Ramos, gerente executivo de Suporte Técnico aos Negócios Internacionais da Petrobras, a meta é atingir US\$ 1 bilhão em vendas de petróleo cru para os chineses, mas o foco da estatal brasileira será em negócios que adicionem valor à produção. “Nós nos interessamos pelas parcerias para exploração de petróleo em águas profundas no Mar da China e pelo *know-how* chinês em recuperação de campos maduros. Há um grande potencial de exploração e trabalho conjunto”, avalia.

A Petrobras firmou duas parcerias com estatais chinesas. Em maio de 2004, assinou acordo de cooperação com a Sinopec para venda de petróleo, exploração conjunta *onshore* e *offshore*, projetos de refinaria e petroquímica, cooperação técnica e serviços de engenharia. Em fevereiro deste ano, foi assinado memorando de entendimento com a CNPC (uma subsidiária da PetroChina), que prevê exploração conjunta, recuperação de campos maduros e cooperação na área de tecnologia petroquímica.

Congresso do Partido Comunista

Programa quinquenal prevê redução das desigualdades e desenvolvimento sustentado

Os planos quinquenais, um dos legados mais famosos do stalinismo, firmaram-se na história das nações comunistas como projetos grandiloquentes e, muitas vezes, baseados em metas irreais. Essa não tem sido, no entanto, a tônica dos planos chineses mais recentes. Desde a década de 90, ainda que permeados por slogans ideológicos e promessas não cumpridas de aumento das liberdades políticas, os planos quinquenais na China têm sido fundamentais para evidenciar as prioridades estratégicas do governo e os rumos econômicos de médio prazo.

Em 11 de outubro, após a reunião anual do Comitê Central do Partido Comunista da China (CCPCC), os líderes chineses anunciaram que o 11º Programa Quinquenal de Desenvolvimento Social e Econômico buscará corrigir as distorções provocadas pelo rápido crescimento econômico, especialmente desigualdades sociais, problemas ambientais e o modelo produtivo intensivo em energia e outros recursos. O objetivo final seria criar uma “sociedade harmoniosa” por meio do “desenvolvimento científico”, segundo expressões cunhadas pelo presidente Hu Jintao e presentes no documento. Ou atingir um desenvolvimento econômico mais qualitativo do que quantitativo, conforme leitura de alguns analistas ocidentais.

Em um país no qual sutilezas semânticas têm grande importância no ideário político, é significativo que o documento aprovado no dia 11 seja um “programa”, não um “plano” quinquenal como seus predecessores. A sutileza foi notada por vários analistas de política chinesa e pode significar mais um pequeno passo no sentido da supressão dos excessos de planificação do passado. Neste sentido, e em linha com a orientação de diminuição da ingerência do Estado da atividade econômica, o conceito de “programa” poderá representar o reforço do papel do Estado como orientador estratégico das grandes linhas do desenvolvimento sócio-econômico, em oposição ao controlador e gestor de décadas anteriores.

Documento final – O programa de fato só será divulgado em detalhes em março de 2006, após aprovação pelo Congresso Nacional do Povo. Uma das poucas metas claras presentes no comunicado divulgado pelo CCPCC é dobrar o PIB per capita chinês entre 2000 (US\$ 853) até 2010, o que implicitamente aponta para taxas mais modestas de crescimento econômico em relação às médias recentes. Segundo estimativa do *Economist Intelligence Unit*, para atingir a meta o PIB nominal chinês deverá crescer 6,9% entre 2006 e 2010, contra 9,4% registrados até o terceiro trimestre de 2005. Em 2004, o PIB per capita atingiu o valor de US\$ 1.000.

O programa também menciona a elevação do nível de vida nas áreas rurais da China por meio da melhora na educação e seguridade social. Segundo membros do CCPCC, a diferença de renda entre o campo e a cidade já “acendeu uma luz amarela” e merece tratamento adequado. Segundo estatísticas oficiais, as áreas rurais chinesas possuem 26,1 milhões de cidadãos em pobreza absoluta, apesar de o ritmo de redução da pobreza ser intenso. Entre 2001 e 2004, cerca de 1,5 milhão de pessoas saíram, anualmente, da condição de pobreza absoluta.

A ênfase do programa na distribuição de renda e a diminuição das desigualdades regionais seria uma maneira de diminuir a instabilidade social. O governo estima que, em 2004, cerca de 3 milhões de pessoas participaram de 74 mil protestos pelo país, contra 10 mil protestos em 1994. A maior parte das manifestações critica a corrupção, a ocupação de terras por órgãos governamentais e empreendedores privados, o sistema de saúde pública e a qualidade ambiental.

Em termos de eficiência energética, o governo propõe uma redução, “por unidade do PIB”, de 20% do consumo de energia, o que significa que avanços na produção deverão ser necessariamente obtidos com maior eficiência energética. A medida deverá levar ao fechamento de unidades produtivas menos eficientes e ao aumento do uso de energia renovável. Também a partir de 2006, entrará em vigor a Lei de Fontes de Energia Renováveis, que prevê que, até 2020, pelo menos 10% da energia gerada na China virão de fontes renováveis (não incluindo aqui os grandes projetos hidrelétricos).

Em relação à formação de recursos humanos, o programa prevê o fortalecimento da escola gratuita durante os primeiros nove anos de educação e menciona a geração de incentivos para profissionais que optem por carreiras como administração de empresas e ligadas à tecnologia.

A ênfase em temas sociais e desigualdade decorre não apenas do interesse do partido e do governo em reduzir os desequilíbrios resultantes do processo de crescimento econômico acelerado, mas também de preservar sua legitimidade política. A administração de Hu Jintao, desde seus primeiros meses no poder, tem elevado o tom das críticas aos fortes e crescentes desequilíbrios no país, ao mesmo tempo em que aumentam as manifestações de insatisfação popular. Em jogo estão não apenas a busca de soluções mais igualitárias de desenvolvimento e de atribuição de sentido prático ao slogan “sociedade harmoniosa”, amplamente empregado por Hu, mas sobretudo a preservação das condições de governabilidade do país e, por extensão, da manutenção do Partido Comunista à frente do Estado.

Durante a reunião do partido, cresceram os rumores de que Hu estaria preparando o relativamente desconhecido aliado Li Keqiang para sua sucessão. Aparentemente, teria tentado promover Li, sem sucesso, na estrutura do partido. A manobra gerou especulações sobre o projeto político de Hu Jintao, que estaria procurando consolidar as bases de seu poder e determinar os rumos da política nacional. Seu predecessor, Jiang Zeming, tentou movimentos semelhantes ao promover a ascensão de Zeng Qinghong ao Politburo, em 2001. Embora a manobra tenha representado certo risco para Jiang, Zeng é hoje vice-presidente da China.

Democracia – Na mesma semana, o governo chinês publicou extenso documento sobre o estado da democracia no país. O *White Paper* sobre democracia, em linha com os demais documentos semelhantes publicados

recentemente sobre temas como defesa e segurança nacional, é uma tentativa de expor ao mundo o pensamento e as ações do governo em áreas cruciais de sua atuação nas quais habitualmente recebe críticas expressivas de países desenvolvidos, especialmente dos Estados Unidos.

O *White Paper* não inova em relação a documentos e declarações anteriores sobre o conceito de democracia na China e atribui a determinados conceitos significados muito diferentes dos aceitos no ocidente. Afirma, por exemplo, que “governo democrático significa o Partido Comunista governar em nome do povo (...) enquanto preserva e aperfeiçoa a ditadura democrática popular”. Apesar deste contorcionismo verbal, o documento aponta as iniciativas de relativa democratização em nível municipal, como é o caso das eleições, em vigor há vários anos, de líderes comunitários em vilarejos.

Também como em documentos anteriores, o *White Paper* mistura os conceitos de bem-estar social, legitimidade do governo, governabilidade e democracia. Subentende, entre outros, que a legitimidade do governo, e daí sua força “democrática”, decorreria do sucesso na implementação de programas de redução da pobreza.

Além do nível local de vilarejos, o documento não aponta projetos maiores de introdução do voto direto no país nem da expansão do quadro de representação partidária. Da mesma forma, omite referências às questões de liberdade de expressão no país.



Plenária do Comitê Central do Partido Comunista endossa plano de 2006-2010

Análise: O comunicado divulgado pelos 354 membros do Comitê Central do Partido Comunista chinês ao final de sua plenária a portas fechadas, entre 8 e 11 de outubro, salientou que umas das preocupações fundamentais do Partido reside no crescente hiato de renda entre as províncias chinesas e entre cidadãos de uma mesma cidade, o que contribui para o aumento da insegurança social. O 11º Plano Quinquenal da China (2006-2010), que foi delineado na Plenária, defende a distribuição de renda mais igualitária entre as classes sociais e a melhoria da previdência social.

A ênfase na consolidação de uma “sociedade harmoniosa” marca uma mudança relevante na política de crescimento econômico a qualquer custo. Sinaliza também que Hu Jintao, presidente do país e secretário-geral do partido, obteve sucesso na consolidação do seu poder. Esta foi a primeira plenária de Hu desde a aposentadoria de seu antecessor, Jiang Zemin.

Contexto: A plenária foi realizada em meio a uma série de preocupações com a economia e a manifestações populares. A mídia estatal divulgou que 1.826 policiais foram atacados neste ano, dos quais 23 foram mortos em protestos. Os protestos foram provocados por várias questões, desde preocupações ambientais até condições de trabalho precárias e o crescente hiato entre ricos e pobres.

Hu e o primeiro-ministro Wen Jiabao têm se mostrado dispostos a melhorar as condições rurais por meio do corte de impostos para camponeses, aumento da renda rural e criação de fundos para a educação. Os resultados, no entanto, ainda são modestos. A Escola Central do Partido publicou relatório, a pedido do Ministério do Trabalho e Previdência Social, alertando que a China poderá atingir o nível “vermelho” em termos de distribuição de renda se medidas não forem tomadas.

Resultados: O 11º Plano Quinquenal e o comunicado tornaram claros alguns dos objetivos das lideranças:

- O Plano determina a duplicação do PIB per capita em 2010 tendo por base o valor de 2000 (US\$ 853).
- O governo procurará otimizar a eficiência energética.
- Mesmo mantendo a política de abertura comercial, a China buscará reduzir sua dependência em relação aos investidores externos e focará na construção de suas próprias capacidades.
- O país estimulará a criação de companhias domésticas com tecnologia própria para que possam competir globalmente.
- A China manterá o equilíbrio no balanço de pagamentos, mas o comunicado não forneceu detalhes sobre o futuro da taxa de câmbio do renminbi e a abertura das contas de capital.

Sucessão: As especulações de que Hu incluiria seu aliado e secretário do partido, Li Keqiang, no Politburo se provaram infundadas. A ausência de menções à ida de Li ao Politburo pode significar que Hu ainda não consolidou completamente seu poder, ou que ele nunca tivera tal intenção.

Hu não tem autoridade para governar sozinho e, assim como Jiang Zemin, necessita apoiar-se no processo de tomada de decisões coletivas. De qualquer forma, a aprovação pelo Comitê Central de um plano com fortes traços da política de Hu e que privilegia as áreas do interior em detrimento da costa pode ser um sinal do aumento do seu poder político.

** Reprodução autorizada de artigo da Oxford Analytica (www.oxan.com) publicado em 12.10.2005. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China são responsáveis pela tradução dos artigos publicados no convênio CEBC-Oxford Analytica.*



Copyright 2005 Oxford Analytica Ltd.

Estímulo ao setor privado

Autoridade regulatória volta atrás e autoriza investimentos a partir de mecanismos *offshore*

Companhias e cidadãos chineses que desejem investir no país voltarão a ter o direito de levantar recursos no exterior por meio de mecanismos *offshore*. A nova regra, anunciada pela State Administration of Foreign Exchange (SAFE – Administração Estatal de Câmbio), entrará em vigor em novembro e permitirá que chineses, mesmo utilizando recursos domésticos, invistam em ativos ou em mecanismos de captação no exterior com o objetivo de alavancar recursos para investimentos futuros na China.

Segundo a autoridade regulatória, o objetivo da medida é “estimular, apoiar e guiar o desenvolvimento do setor não-estatal, aperfeiçoar as políticas de apoio ao capital de risco e regular as transações externas dos cidadãos chineses por meio de SPV (*special purpose vehicles*) no exterior que visem angariar recursos para investimento”.

Levantar recursos para investimento em unidades produtivas por meio de mecanismos *offshore* foi uma prática freqüentemente empregada por empresas privadas chinesas que não encontravam financiamento local e buscavam beneficiar-se das mesmas vantagens fiscais concedidas aos investidores estrangeiros. Por conta do receio do governo com o fluxo ilegal de recursos para o exterior e com a entrada de capital de curto prazo por meio dos mecanismos *offshore*, a prática foi proibida por duas circulares editadas em janeiro e abril deste ano.

Assim que lançadas, as circulares foram criticadas e consideradas excessivamente restritivas. Segundo seus críticos, a proibição teria levado a

um recuo de 5% no valor total das fusões e aquisições na China, que caíram para US\$ 26,5 bilhões no primeiro semestre de 2005.

Pela nova regra, investidores chineses deverão remeter à China os dividendos e lucros obtidos por meio dos mecanismos *offshore* em até 180 dias. O dinheiro poderá ser mantido em moeda local ou estrangeira.

Controle do endividamento – Ao mesmo tempo em que flexibilizou os investimentos no exterior, a SAFE determinou regras mais rígidas para o endividamento das empresas. Em outra circular, a autoridade regulatória determinou que será considerada dívida externa todo pagamento de prestações de crédito que superar US\$ 200 mil e sofrer atrasos superiores a 180 dias. Os atrasos não poderão representar mais do que 10% do total devido por uma empresa.

Segundo a SAFE, a medida busca racionalizar a concessão de créditos obtidos no exterior e fornecer dados mais precisos sobre a qualidade das companhias que buscam empréstimos. No primeiro semestre de 2005, as companhias chinesas tomaram US\$ 148 bilhões emprestados de instituições estrangeiras, aumento de 77% em relação ao mesmo período do ano passado. De acordo com uma fonte da SAFE citada pelo *China Daily*, "o alto endividamento externo, especialmente de curto prazo, é um risco potencial e pode ter impacto negativo sobre o crescimento sustentável da economia chinesa".

Brasil e China criam grupo de trabalho na reunião do G-20

Os ministros das finanças e presidentes dos bancos centrais dos países do G-20 reuniram-se em Pequim entre 15 e 16 de outubro para discutir fatores de desequilíbrio da economia mundial. O câmbio chinês desvalorizado, os preços do petróleo e os déficits gêmeos norte-americanos (comercial e em conta corrente) foram apontados como fatores sem solução no curto prazo.

Durante as reuniões, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, anunciou a criação de grupo que trabalhará em conjunto com o Ministério das Finanças da China com o propósito de trocar experiências sobre estratégias para o desenvolvimento. De acordo com Palocci, programas chineses de sucesso, como investimento em ensino básico e em tecnologia, poderão ser adaptados à realidade brasileira. O grupo de trabalho tem também um objetivo de curto prazo: contribuir para melhorar o entendimento bilateral, especialmente depois da falta de acordo para restrição voluntária de exportações chinesas.

Venda de ações do China Construction Bank supera US\$ 76 bilhões

O terceiro maior banco estatal, China Construction Bank (CCB), atraiu cerca de US\$ 76 bilhões com a oferta pública inicial de suas ações, a maior operação mundial do gênero nos últimos quatro anos. Investidores de Hong Kong superaram as expectativas e solicitaram compra de US\$ 16 bilhões, valor 40 vezes superior ao que lhes era destinado. O CCB, primeiro dos quatro maiores bancos chineses a lançar-se no mercado acionário, ofertou 26,49 bilhões de ações a preços que variaram de \$ 1,90 a \$ 2,40 dólares de Hong Kong. As negociações na bolsa de Hong Kong terão início em 27 de outubro.

Fracassa nova tentativa de acordo têxtil entre Washington e Pequim

A sexta rodada sino-americana de negociação têxtil terminou sem sucesso. Norte-americanos e chineses não chegaram a um acordo sobre os valores das quotas de importação para 2007 e 2008 em 21 categorias de têxteis e vestuários.

Os negociadores norte-americanos propuseram aumentar o limite de crescimento das importações chinesas para 12,5% e 14% em 2007 e 2008, respectivamente. Apesar de as quotas norte-americanas superarem o limite acordado entre China e União Européia para 2007, que estabelece aumento entre 8,5% e 12,5%, o governo chinês mostrou-se irredutível e manteve sua proposta de crescimento de até 20% para 2007 e 30% para 2008.

Como resultado, continua valendo a regra determinada no parágrafo 242 do relatório do grupo de trabalho sobre a acessão da China à OMC: as 19 categorias sob salvaguardas permanecerão, por três anos, restritas ao crescimento anual de 7,5%. O governo dos EUA impôs salvaguardas a 43% do total das importações chinesas de têxteis e vestuário e produtores nacionais desejam estendê-las a outras categorias. Não há previsão de nova rodada de negociação.

Valorização do yuan e desenvolvimento militar na pauta EUA-China

Três autoridades norte-americanas visitaram a China em outubro. O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, John Snow, compareceu à reunião do Comitê Econômico Estados Unidos-China e ao encontro do G-20 em Pequim. Durante as discussões no comitê, que contou também com a participação do presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan, as autoridades norte-americanas insistiram na necessidade de valorização do yuan.

De acordo com Snow, o governo chinês precisa agilizar a reforma do sistema financeiro por meio da abertura, à competição internacional, dos bancos estatais e dos segmentos de seguros e de administradoras de recursos. A agenda abordou também a venda das companhias estatais chinesas e o estímulo ao consumo doméstico.

Donald Rumsfeld, secretário da Defesa dos EUA, esteve na China com o objetivo de discutir o incremento da capacidade militar chinesa. Há dois meses, a China realizou exercícios militares com a Rússia, nos quais foi vetada a presença de observadores norte-americanos. No último dia de sua visita, Rumsfeld afirmou, em mesa-redonda com funcionários chineses, que o desenvolvimento militar da China coloca em risco a estabilidade regional. Foi a primeira visita do secretário de Defesa ao país desde que assumiu o cargo em 2001.

O presidente norte-americano, George W. Bush, planeja visitar a China em 19 de novembro, passando também pelo Japão, Mongólia e Coréia do Sul. Bush participará de reunião da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) no período.

Vendas do setor automotivo crescem 33% em setembro

A venda de veículos automotivos cresceu 33% em setembro na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo a China Association of Automobile Manufacturers. Apesar do crescimento, os 354 mil veículos de passageiros vendidos não superaram a produção total de 358 mil unidades. Os produtores na China têm operado sob forte pressão para redução de custos, em razão do aumento da competitividade no setor, redução dos gastos do governo e aumento das restrições bancárias para concessão de empréstimos.

China realiza segunda missão espacial tripulada

A segunda missão espacial tripulada chinesa, *Shenzhou 6*, terminou com sucesso em 17 de outubro. O tempo de permanência em órbita dos dois astronautas (ou taikonautas, conforme chamados pelos chineses) foi de cinco dias. A missão anterior, em 2003, foi menos complexa, envolveu apenas um astronauta e durou 21 horas. O governo chinês anunciou que pretende lançar um satélite para orbitar a lua em 2006 (feito só atingido por EUA, Rússia e Japão) e que na próxima missão espacial, prevista para 2007, astronautas poderão caminhar no espaço. Segundo a revista *The Economist*, a velocidade de desenvolvimento do programa espacial chinês começa a preocupar os japoneses, que temem o rápido desenvolvimento de sistemas de satélites pela China.

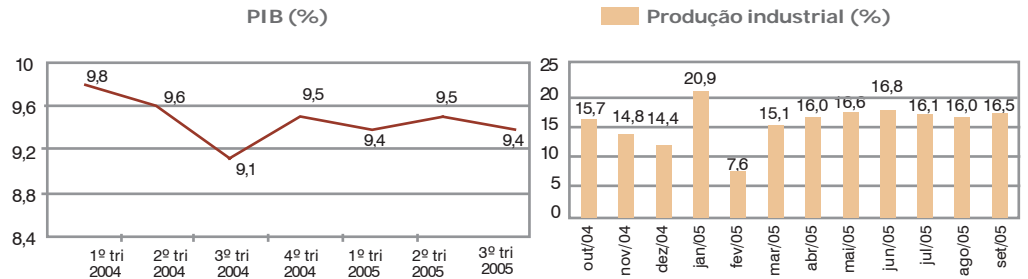
Hu Jintao visitará Coréia do Norte

O presidente chinês Hu Jintao visitará a Coréia do Norte entre os dias 28 e 30 de outubro para tratar de assistência financeira, fornecimento de energia, comércio e questões militares com o líder do país, Kim Jong-Il. O encontro ocorrerá pouco antes da quinta rodada de negociações para a desativação do programa nuclear norte-coreano, prevista para novembro. As duas Coreias, China, Estados Unidos, Japão e Rússia participarão das negociações.

Síntese gráfica trimestral do comércio bilateral e do desempenho macroeconômico chinês

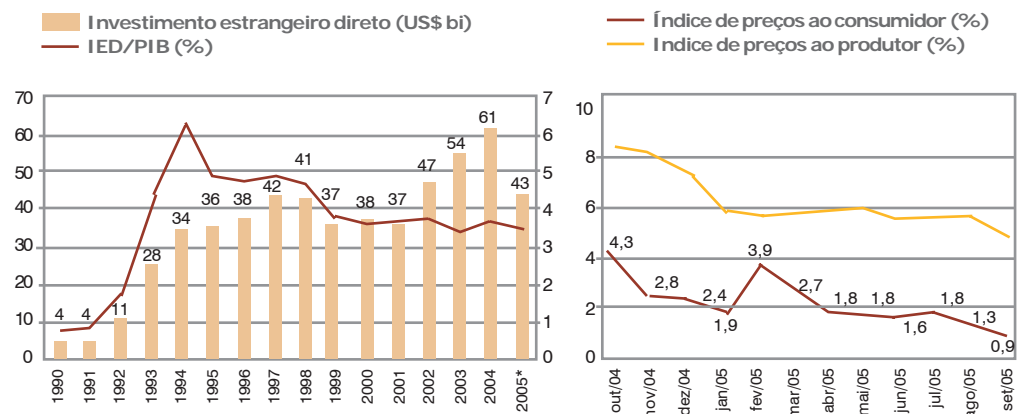
3º trimestre de 2005

O ritmo de crescimento da atividade econômica permanece intenso na China. O PIB registrou alta de 9,4% no acumulado dos três primeiros trimestres de 2005, contra meta de 8,0% para o ano. O resultado levou alguns bancos de investimento estrangeiros a elevar suas estimativas de crescimento da economia para 9,4% em 2005 e 9,0% em 2006.



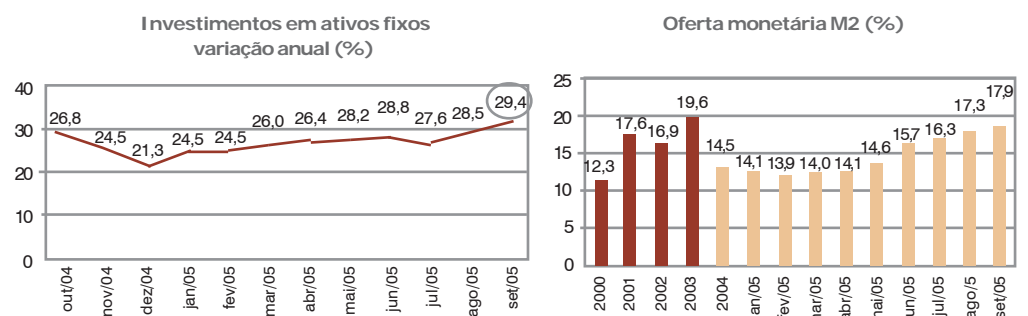
Fonte: Escritório Nacional de Estatísticas

Os sinais de arrefecimento concentram-se nos investimentos estrangeiros diretos, que recuaram 2,1% até o terceiro trimestre em relação ao mesmo período de 2004. A inflação, tanto ao produtor quanto ao consumidor, mantém trajetória de queda em função do recuo nos preços de alimentos.



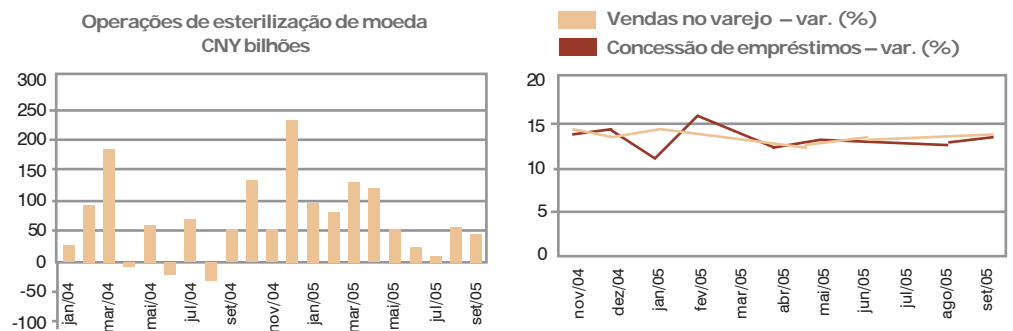
* 2005: até setembro / Fontes: Goldman Sachs e Economist Intelligence Unit

Os investimentos em ativos fixos cresceram 29,4% em setembro. Apesar do forte ritmo, há sinais de que setores mais aquecidos estão registrando taxas menores de crescimento. Na construção civil, os investimentos aumentaram 22,2% até setembro, contra alta de 28,2% no mesmo período de 2004. Paralelamente, o volume de moeda disponível no mercado acelerou no 3º trimestre. A oferta monetária (M2) atingiu, em setembro, o maior patamar em um ano e meio.



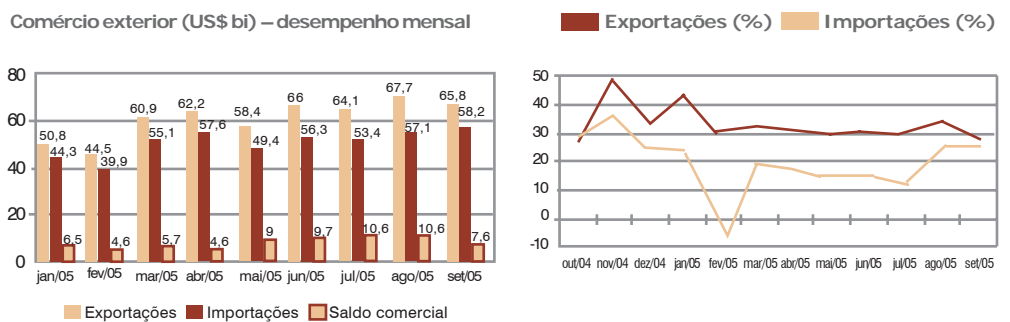
Fonte: Escritório Nacional de Estatísticas e Goldman Sachs

Segundo o banco Goldman Sachs, a alta da oferta monetária está sendo causada pela redução, desde maio deste ano, no ritmo de esterilização de moeda no mercado. A expansão da moeda circulante tem também colaborado para manter elevado o crescimento da concessão de empréstimos pelos bancos locais e o ritmo de vendas no varejo.



Fontes: Goldman Sachs

No setor externo, o saldo comercial mensal chegou a US\$ 10,6 bilhões tanto em julho quanto em agosto, o segundo maior da história. Em setembro, em função do leve recuo no ritmo de exportações, o superávit recuou para US\$ 7,6 bilhões. No acumulado do ano, o saldo comercial chega a US\$ 69 bilhões.



Fonte: Goldman Sachs

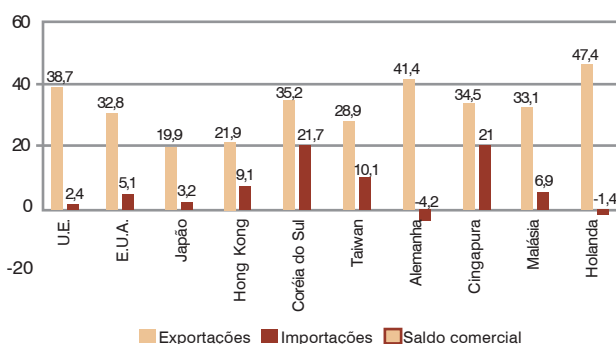
10 maiores parceiros comerciais da China (US\$ bilhões)

Janeiro a agosto de 2005

| | Exportações | | Importações | | Total | |
|-----------------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------|----------------|
| | Total | Var. (%) anual | Total | Var. (%) anual | Total | Var. (%) anual |
| União Européia | 90,7 | 38,7 | 47,2 | 2,4 | 137,9 | 23,7 |
| EUA | 101,8 | 32,8 | 31,8 | 5,1 | 133,7 | 24,9 |
| Japão | 54,3 | 19,9 | 63,3 | 3,2 | 117,6 | 10,3 |
| Hong Kong | 73,9 | 21,9 | 8,1 | 9,1 | 81,9 | 20,5 |
| Coréia do Sul | 22,6 | 35,2 | 48,4 | 21,7 | 71,0 | 25,7 |
| Taiwan | 10,6 | 28,9 | 45,9 | 10,1 | 56,4 | 13,2 |
| Alemanha | 20,2 | 41,4 | 19,5 | -4,2 | 39,7 | 14,6 |
| Cingapura | 10,3 | 34,4 | 10,6 | 21,0 | 20,9 | 27,3 |
| Malásia | 6,6 | 33,1 | 12,4 | 6,9 | 19,0 | 14,8 |
| Holanda | 15,8 | 47,4 | 1,9 | -1,4 | 17,7 | 39,9 |

Fonte: Administração Geral de Alfândega

Comércio exterior (US\$ bi) – desempenho mensal



Fonte: Goldman Sachs

Comércio Brasil-China

As exportações brasileiras para a China entraram em trajetória de alta a partir de julho, mas, contrariamente aos últimos anos, têm registrado crescimento mais modesto do que as importações.

Intercâmbio comercial Brasil-China (US\$ milhões)

Janeiro a setembro de 2005

| | Exportações | | | Importações | | |
|-------|-------------|---------|------------|-------------|---------|------------|
| | 2005 | 2004 | Variação % | 2005 | 2004 | Variação % |
| Jan | 380,1 | 360,0 | 5,6 | 325,0 | 221,2 | 46,9 |
| Fev | 289,9 | 275,1 | 5,4 | 323,8 | 197,9 | 63,6 |
| Mar | 445,3 | 490,5 | -9,2 | 405,8 | 250,1 | 62,3 |
| Abr | 512,7 | 441,1 | 16,2 | 382,5 | 238,9 | 60,1 |
| Mai | 406,0 | 549,9 | -26,2 | 390,4 | 252,1 | 54,8 |
| Jun | 674,5 | 784,4 | -14,0 | 445,5 | 331,6 | 34,3 |
| Jul | 780,4 | 451,5 | 72,9 | 482,3 | 379,0 | 27,3 |
| Ago | 618,8 | 518,1 | 19,5 | 552,6 | 373,9 | 47,8 |
| Set | 653,9 | 513,5 | 27,3 | 532,9 | 354,1 | 50,5 |
| Total | 4.761,8 | 4.384,0 | 8,6 | 3.840,7 | 2.598,9 | 47,8 |

Fonte: AliceWeb

Exportações brasileiras para a China - US\$ milhões

| Produtos ou famílias de produtos | US\$ | 2005 | | 2004 | | Variação % FOB |
|--|---------|--------------|---------|--------------|--------|-------------------|
| | | KG | US\$ | KG | US\$ | |
| Soja em grão | 1.455,0 | 6.088.930,2 | 1.605,3 | 5.606.005,2 | -9,4 | |
| Minério de ferro | 1.106,9 | 39.585.246,3 | 768,9 | 37.025.374,2 | 44,0 | |
| Petróleo e derivados | 374,5 | 1.331.176,5 | 151,3 | 699.047,0 | 147,5 | |
| Produtos semimanufaturados de ferro e aço | 367,1 | 682.407,7 | 376,4 | 1.063.961,2 | -2,5 | |
| Máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos | 211,6 | 28.692,0 | 121,6 | 20.177,6 | 73,9 | |
| Couros e peles | 185,7 | 74.137,9 | 148,5 | 45.715,7 | 25,0 | |
| Pastas de madeira, papel e celulose | 172,9 | 445.796,4 | 213,5 | 608.305,7 | -19,0 | |
| Óleo de soja | 114,4 | 243.568,5 | 429,1 | 752.618,0 | -73,3 | |
| Outros minérios (manganês, cobre, nióbio etc.) | 80,9 | 529.373,9 | 8,6 | 204.796,7 | 838,3 | |
| Produtos químicos orgânicos e inorgânicos | 79,5 | 119.218,8 | 74,2 | 189.897,2 | 7,1 | |
| Granito cortado e bruto | 73,6 | 240.784,6 | 27,7 | 176.542,5 | 165,8 | |
| Carnes e laticínios | 73,6 | 100.894,0 | 27,7 | 39.325,3 | 165,8 | |
| Máquinas, ferramentas e aparelhos elétricos | 48,6 | 6.870,2 | 44,9 | 8.303,2 | 8,2 | |
| Fumo | 48,2 | 12.970,8 | 3,3 | 830,4 | 1380,2 | |
| Partes e componentes para veículos e tratores | 45,0 | 9.768,1 | 91,1 | 16.740,4 | -50,6 | |

Fonte: AliceWeb

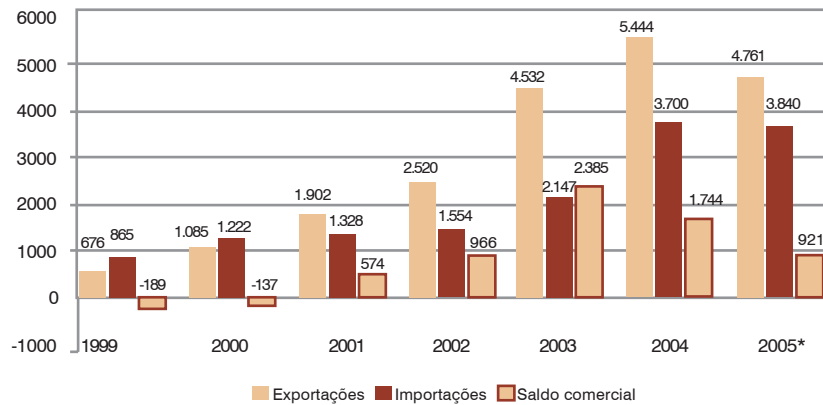
Importações brasileiras da China

Janeiro a setembro de 2005

| Produtos ou famílias de produtos | 2005 | | 2004 | | Variação FOB (%) |
|--|---------|-----------|---------|-------------|---------------------|
| | US\$ mi | KG mil | US\$ mi | KG mil | |
| Máquinas e aparelhos elétricos e suas partes | 1.514,4 | 124.419,2 | 970,4 | 92.276,0 | 56,1 |
| Aparelhos de radiodifusão | 527,2 | 16.695,7 | 301,8 | 15.867,5 | 74,7 |
| Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes | 520,5 | 85.822,0 | 277,6 | 52.260,7 | 87,5 |
| Produtos químicos orgânicos e inorgânicos | 431,7 | 279.367,3 | 321,5 | 252.050,2 | 34,3 |
| Máquinas de processamento de dados | 302,1 | 28.445,0 | 164,9 | 18.338,2 | 83,1 |
| Têxteis e vestuário | 261,8 | 83.404,2 | 179,0 | 57.472,2 | 46,3 |
| Aparelhos de som | 219,1 | 26.133,4 | 129,6 | 17.382,6 | 69,1 |
| Coques e hulha | 158,2 | 990.512,3 | 265,6 | 1.328.336,1 | -40,4 |
| Circuitos integrados | 151,7 | 171,4 | 109,6 | 120,4 | 38,4 |
| Disjuntores, interruptores, suportes, lâmpadas e outros aparelhos para circuitos elétricos | 138,8 | 19.107,8 | 131,4 | 17.103,6 | 5,7 |
| Aparelhos elétricos para telefonia | 110,6 | 4.178,0 | 46,3 | 2.419,2 | 138,7 |
| Conversores, transformadores, acumuladores e geradores elétricos | 79,6 | 10.877,0 | 51,9 | 6.715,9 | 53,4 |
| Brinquedos | 70,9 | 18.026,5 | 45,2 | 14.943,5 | 57,0 |
| Partes e componentes para veículos e tratores | 61,9 | 28.894,0 | 67,3 | 38.643,0 | -8,1 |
| Calçados | 57,5 | 5.516,7 | 34,9 | 3.648,9 | 64,7 |
| Outros equipamentos elétricos | 50,4 | 10.051,3 | 49,6 | 7.891,2 | 1,7 |
| Circuitos impressos | 48,5 | 1.612,7 | 29,1 | 1.434,7 | 66,7 |
| Bombas, válvulas e aparelhos de uso doméstico (refrigeradores, fornos e máquinas de lavar) | 38,9 | 10.438,5 | 22,4 | 6.778,9 | 73,6 |
| Fornos e aquecedores elétricos | 33,4 | 11.626,8 | 22,0 | 7.664,2 | 51,8 |
| Máquinas e aparelhos da indústria metalúrgica | 25,6 | 6.790,2 | 12,0 | 3.530,4 | 113,0 |
| Condensadores elétricos e resistências | 22,9 | 1.287,3 | 20,1 | 1.206,7 | 14,0 |
| Máquinas e aparelhos da indústria têxtil | 22,7 | 6.071,0 | 11,2 | 3.608,8 | 102,4 |
| Outras máquinas | 21,8 | 4.925,6 | 5,8 | 2.001,7 | 275,8 |
| Máquinas e equipamentos para construção civil | 11,0 | 4.201,1 | 1,7 | 1.241,9 | 541,2 |
| Eletrodomésticos | 6,3 | 1.370,3 | 4,1 | 982,7 | 52,0 |

Fonte: AliceWeb

Fluxo de comércio entre Brasil e China



* 2005: até setembro / Fonte: AliceWeb

Carta da China

A **Carta da China** é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A **Carta da China** é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Renato Amorim
Isabela Nogueira

Estagiárias: Marla Naumann e Zaira Lanna

Projeto gráfico

Casa do Cliente – www.casadocliente.com.br

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br